



**HIPÁTIA - GRUPO DE MULHERES AUTO-REPRES-  
TANTES SOBREVIVENTES DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO<sup>1</sup>**  
**Senhoras de Si: a (re)conquista de poder por parte das mulheres  
sobreviventes de violência de género**

---

*Rita Mira<sup>2</sup>*

“Venerável Hipátia, que em ti encarnas a beleza da razão,  
Imaculada estrela do conhecimento da sabedoria.”

Palladas, 319 D.C.

### **Introdução**

A violência de género contra as mulheres, incluindo a violência nas relações de intimidade<sup>3</sup>, permanece hoje em dia como uma grave violação

---

<sup>1</sup> Este texto foi construído tendo por base vários documentos elaborados pelo grupo Hipátia e com base numa entrevista colectiva realizada nos dias 7 e 9 de Fevereiro de 2015.

<sup>2</sup> Colaboradora da Associação de Mulheres Contra a Violência desde 2007. Impulsionadora e responsável pelo projecto de criação do grupo e facilitadora do mesmo desde a sua origem, em 2009. Doutoranda de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e investigadora do CISC NOVA/Faces de Eva.

<sup>3</sup> À semelhança de Neves (2008), optou-se por esta nomenclatura em vez de violência doméstica, uma vez que dilui a perspectiva de privacidade e de *domesti-*

dos direitos humanos das mulheres, um grave problema de saúde pública (Coker et al., 2000) e uma forte causa de exclusão social e obstáculo ao exercício pleno de cidadania. Apesar da “desatenção selectiva” (Gelles, 1976) de que foi alvo durante séculos, assiste-se a uma crescente visibilidade da violência contra as mulheres na intimidade como problema social (Dias, 2004), com expressão na produção legislativa e de medidas políticas, bem como no aumento de investigações científicas nesta área.

Apesar do seu maior (re)conhecimento, social e político, na actualidade, a visibilidade da violência nas relações de intimidade não é, porém, translúcida (Buzawa & Buzawa, 1996), permanecendo muitas situações no interior da família. Por outro lado, é possível constatar que as mulheres sobreviventes<sup>4</sup> de violência de género possuem poucas oportunidades de participação e são pouco envolvidas nos processos de tomada de decisão e de resolução desta problemática, quer por parte dos órgãos de decisão política, quer por parte das organizações de apoio, sendo a Acção Social e as Políticas Sociais em Portugal ainda muito marcadas por valores assistencialistas, pouco promotores de *empowerment*<sup>5</sup>, de auto-representação<sup>6</sup> e de democracia.

Sendo a violência nas relações de intimidade uma das expressões máximas da desigualdade de poder entre homens e mulheres, em que é retirado às mulheres o controlo sobre as suas vidas, a resposta a esta problemática deve residir no “*empowerment of woman*”<sup>7</sup> como forma de

---

*cidade*, acentuando a dimensão pública e política e, por outro lado, salienta o conceito de intimidade subjacente a esta problemática. O termo violência doméstica tem também sido criticado pelos/as autores/as feministas por essa mesma razão (Fineman & Mykitiuk, 1994).

<sup>4</sup> Este termo visa dar enfoque ao papel activo de cada mulher ao nível do desenvolvimento de estratégias de segurança e de protecção em relação a si e às suas crianças. Segundo Monteiro (2000, p. 101), “sobrevivente refere-se aos processos individuais e sociais de fortalecimento e recuperação da integridade mental, física e social devido a violência doméstica.”

<sup>5</sup> São inúmeras as definições de *empowerment* que encontramos na literatura. Rappaport (1984) tem contribuído para a sua conceptualização, definindo o termo como um processo de aquisição de controlo sobre as vidas de indivíduos, organizações e comunidades.

<sup>6</sup> A auto-representação é uma estratégia de *self-advocacy* (auto-advocacia), em que pessoas com interesses e problemas semelhantes desenvolvem uma visão e voz comuns, fortalecendo o seu poder de influência nos processos de tomada de decisão das matérias que lhes dizem directamente respeito.

<sup>7</sup> Esta abordagem tem vindo a ser defendida pelos movimentos feministas desde a década de 70 do século XX, constituindo uma forma de restituir o poder de decisão e de escolha às mulheres sobreviventes de violência (Johnson, 1995).

implicar directamente as sobreviventes na resolução do seu problema, obtendo informação sobre os seus direitos e avaliando os seus recursos e alternativas.

### **A origem do grupo**

Com o objectivo fundamental de participar directamente nos processos de mudança que dizem respeito às suas vidas e partilhar a sua experiência de vida com a sociedade em geral e, em especial, com outras mulheres vítimas de violência, um conjunto de mulheres sobreviventes de violência fundou “Hipátia – Grupo de Mulheres Auto-representantes Sobreviventes de Violência de Género” que desde a sua origem, em 2009, se comprometeu com a criação de um espaço reflexivo e de partilha e um veículo para dar voz às necessidades e perspectivas das mulheres sobreviventes de violência de género, numa óptica de promoção do seu *empowerment*, individual e comunitário<sup>8</sup>.

Este grupo surgiu no contexto da Associação de Mulheres Contra a Violência<sup>9</sup>, procurando romper com a ausência de voz colectiva e de movimentos de auto-representação em Portugal nesta área, que exprimam as necessidades e defendam os direitos das mulheres sobreviventes de violência de género, sendo pioneiro e único a nível nacional e um dos poucos existentes a nível europeu.

Por um lado, a génese da criação deste grupo parte da ideia de que as mulheres sobreviventes de violência devem ser envolvidas no processo de defesa dos seus direitos, e que a sua voz e perspectivas devem ser valorizadas na resolução da problemática, nomeadamente: nos serviços de apoio, na elaboração de medidas de intervenção e políticas de combate à violência de género.

Por outro lado, assenta no pensamento essencial de que as mulheres sobreviventes de violência, com a sua experiência de vida e história de violência, possuem conhecimentos valiosos e capacidades únicas para a resolução deste problema social, e que o exercício pleno de cidadania implica o desenvolvimento de contextos partilhados e participativos no processo de tomada de decisão e a promoção de metodologias de envolvimento no processo de mudança social.

---

<sup>8</sup> O *empowerment* comunitário refere-se à acção colectiva para a melhoria da qualidade de vida da comunidade (Perkins; 1995).

<sup>9</sup> Organização Não Governamental que trabalha desde 1992 na defesa activa e no *lobby* dos direitos humanos das mulheres, jovens e crianças.

Neste sentido, as mulheres sobreviventes de violência de género devem ser reconhecidas como “peritas de experiência”<sup>10</sup> e não somente como utilizadoras dos serviços. Assim, as organizações de apoio devem promover iniciativas de participação e de envolvimento das mulheres nos processos de tomada de decisão, de forma a conhecerem as suas opiniões, nomeadamente sobre a qualidade dos serviços que prestam e sobre as orientações de trabalho que praticam.

O grupo adoptou o nome “Hipátia” com o objectivo de prestar homenagem a esta filósofa e matemática, que viveu na Alexandria nos séculos IV e V. Foi a primeira mulher matemática que a História regista, tendo dedicado a sua vida ao conhecimento declarando-se “casada com a verdade” (Dzielska, 2009). Como forma de ilustrar a forte coesão e a liderança partilhada que o caracterizam fortemente, o grupo escolheu para logotipo um bando de gansos/as.

Actualmente, o grupo é constituído por mulheres sobreviventes de múltiplas opressões de género – tentativa de homicídio conjugal, violação, violência nas relações de intimidade, *stalking*, casamento forçado, aborto forçado, escravatura, sequestro – com histórias diversificadas de violência, mas com a mesma base discriminatória contra as mulheres, por parte de uma sociedade onde a “dominação masculina” (Bourdieu, 1999) continua fortemente instituída e legitimada.

Ilustrando o facto da violência de género não conhecer fronteiras geográficas, atingindo todas as culturas, nacionalidades, grupos socioeconómicos, étnicos, religiosos e educacionais, fazem parte do grupo mulheres com diferentes características individuais, quer em termos de idade (dos 24 aos 61 anos), nacionalidade (romena, angolana, cabo-verdiana e portuguesa), grupo étnico (cigano), como ao nível das habilitações literárias e actividade profissional.

Apesar de não existir um único perfil de vítima/sobrevivente, como nos indicam a literatura e a experiência de terreno, o exercício de controlo e de poder por parte do agressor emerge, de forma recorrente e como

---

<sup>10</sup> O conceito “perito/a de experiência” terá sido utilizado nos Países Baixos pela primeira vez no Diário ‘De Volkskrant’, de 5/11/1994, sendo definido como “uma pessoa que adquiriu a sua autoridade na base da sua experiência e não na base da aquisição sistemática de conhecimentos”. O Decreto de 21/3/2004 do Governo Flamengo define “perito/a de experiência” como a “pessoa, que experienciou a pobreza, que reflectiu sobre e equacionou esta vivência e a enquadrou e que, através duma formação, adquiriu atitudes, competências e metodologias para aplicar, duma forma cabal, a sua experiência da pobreza equacionada num ou mais sectores da luta contra a pobreza”. Em Portugal, a Associação Cultural Moinho da Juventude tem trabalhado e operacionalizado este conceito na área da exclusão social (Meersschaert, 2004).

manifestação comum deste problema, em todas as histórias de violência destas mulheres. É neste grande discurso comum que a missão do grupo se funde, numa perspectiva activista e feminista, em permanente (re)construção, em que o sentido da palavra feminismo é constantemente (re)pensado, (re)avaliado, (re)posicionado perante os desafios actuais.

Sendo a auto-representação a capacidade de um determinado grupo definir uma missão, clarificar objectivos, planear e desenvolver acções, na defesa dos seus direitos e interesses, o grupo centrou a sua missão na “luta activa contra a violência de género, numa perspectiva de mudança social e promoção da igualdade de género, procurando dar visibilidade às visões e pensamentos das mulheres sobreviventes de violência de género”<sup>11</sup>. Definiu, igualmente, os seus principais objectivos de actuação:

- Contribuir para a mudança de mentalidades, no que diz respeito aos padrões culturais discriminatórios em relação às mulheres e aos estereótipos de género;
- Dar visibilidade às perspectivas das sobreviventes de violência de género nesta área, dando a conhecer as suas dificuldades e conquistas;
- Sensibilizar e transmitir o seu conhecimento sobre a violência contra as mulheres nas relações de intimidade;
- Fortalecer a união das mulheres, criando uma voz colectiva;
- Contribuir para a elaboração de políticas e medidas que respondam, de forma eficaz e objectiva, às verdadeiras necessidades das mulheres, sobreviventes de violência de género;
- Dar a conhecer às mulheres, vítimas de violência de género, as alternativas e opções de escolha, sensibilizando-as para o direito à felicidade e a uma vida sem violência;
- Colaborar na luta contra a violência de género, desenvolvendo acções e práticas de defesa dos direitos das mulheres e das crianças.

### **Áreas-chave de intervenção**

O grupo desenvolve a sua intervenção em diversas áreas-chave intimamente ligadas à sua missão, desde a sensibilização e maior conhecimento sobre a violência de género por parte da sociedade, dos/as profissionais e das mulheres vítimas/sobreviventes, passando pela colaboração em projectos de intervenção social nas áreas dos Direitos Humanos, Igualdade e Violência de Género, até à intervenção política, procurando ter voz nos processos de tomada de decisão neste domínio.

---

<sup>11</sup> Acordo de Colaboração, de 2009.

Enquanto expressão do processo de reflexão sobre o mecanismo de opressão de gênero de que as suas participantes foram e são alvo, o grupo apropriou-se de um conjunto de pensamentos orientadores e transversais a todas as suas áreas de intervenção.

Indo ao encontro do célebre *slogan* feminista “o pessoal é político”, um dos seus pensamentos basilares está associado à questão da violência no contexto das relações de intimidade “não ser uma questão privada, mas um problema social. Diz respeito a todos e todas nós. É uma grave violação dos direitos humanos. Coloca em causa a integridade física e psicológica e destrói a dignidade do ser humano” (*Manifesto*, 2013<sup>12</sup>).

A participação colectiva permite tomar a consciência de que o problema da violência de gênero não é meramente individual, que possui um contexto, social e cultural, que desconsidera, em termos simbólicos e práticos, as mulheres (Vicente, 2002, p. 260). Neste sentido, a análise da violência de gênero tem necessariamente em conta o contexto social patriarcal, a desigual distribuição de poder entre mulheres e homens, “em que os homens tiveram sempre o poder, quer na vida privada quer na vida pública” (*Manifesto*, 2013) e que a sociedade continua a legitimar através de vários meios: os discursos dominantes sobre a hierarquia de gênero, a educação desigual entre meninas e meninos, as práticas desigualitárias das entidades e a ausência de medidas, legais e políticas, eficazes contra a violência de gênero.

### **Sensibilização e Consciencialização sobre a Violência de Género**

A sensibilização e a consciencialização da sociedade e dos/as profissionais para a violência de gênero, combatendo os estereótipos existentes, é uma área de grande investimento por parte do grupo. Tem participado, desde a sua criação, em diversas acções de formação, encontros, nacionais e internacionais, seminários e conferências na área da igualdade e violência de gênero, partilhando o seu testemunho, as principais dificuldades das mulheres envolvidas numa situação de violência, bem como as recomendações e boas práticas ao nível da intervenção. Tem, igualmente, colaborado com diversos meios de comunicação social, contribuindo para a desmistificação de preconceitos sobre esta problemática.

---

<sup>12</sup> Documento elaborado pelo grupo aquando de uma reunião com a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade em 2013.

A título de exemplo dessas actividades de sensibilização, o grupo colaborou em parceria com a Associação *Link*<sup>13</sup>, na edição do livro *Isto não é um Conto*, constituído por histórias de vida de sobreviventes de violência nas relações de intimidade, romanceadas por escritores/as portugueses/as, nomeadamente por Maria Teresa Horta e Alice Vieira. Colaborou, igualmente, na escrita de histórias de violência a serem dramatizadas no espectáculo “*Violência Doméstica: eu denuncio!*”, realizado em 2012, com o objectivo de angariar fundos para a construção de uma casa de abrigo.

Uma das principais lutas do grupo consiste em dar a conhecer à sociedade em geral e aos/às profissionais as principais necessidades de apoio das sobreviventes de violência de género face às dinâmicas de poder exercido pelo agressor, considerando que ainda existem muitos “preconceitos que influenciam a forma como a sociedade encara a violência e como os serviços e profissionais atendem estas situações” (*Manifesto*, 2013). Um desses preconceitos ainda dominantes baseia-se na crença – transmitida por vezes de forma subtil – de que as mulheres se devem sacrificar em prol da família. A educação e a sociedade constroem uma idealização de família fundada ainda na crença de ser a “fortaleza segura contra o mundo hostil” (Shorter, 1977, p. 286), sendo, paradoxalmente o local mais perigoso para as mulheres e para as crianças.

Neste âmbito, o grupo considera fundamental sensibilizar a sociedade para que esta “não culpabilize as mulheres sobreviventes pela violência e que não seja cúmplice dos agressores, quebrando o silêncio e apoiando as mulheres para que elas possam sair, em segurança e sem perda de direitos, da situação” (*Manifesto*, 2013).

### **Investigação e Conhecimento**

Uma outra área de intervenção relevante do grupo consiste em contribuir para o maior conhecimento sobre a violência de género, as suas dinâmicas e estratégias do agressor e, neste sentido, tem colaborado com diversos centros de investigação, tais como o CES – Coimbra, o CICS. NOVA, o CIES – IUL, que desenvolvem estudos académicos nesta área.

Neste âmbito, são essenciais as abordagens feministas, no sentido de equacionarem, em primeiro lugar, as necessidades das mulheres, colocando a investigação científica ao serviço dessas mesmas necessidades e, por outro lado, valorizarem metodologias qualitativas, centradas no in-

---

<sup>13</sup> Esta Associação tem como objectivo estabelecer um elo de ligação entre as empresas e as instituições sem fins lucrativos, tendo em vista a angariação de fundos.

divíduo e nas suas narrativas pessoais, comprometendo-se com a criação de contextos democráticos de investigação.

### **Participação no Projecto “Novos Desafios no Combate à Violência Sexual”**

Desde a sua origem, o grupo tem participado em diferentes projectos de intervenção social, estando actualmente envolvido no projecto “Novos Desafios no Combate à Violência Sexual”, co-financiado pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEA Grants), cuja gestão está a cargo da Fundação Calouste Gulbenkian.

Na perspectiva do grupo, existe uma grande lacuna em Portugal no que diz respeito ao processo de apoio a sobreviventes de violência sexual, sendo esta ausência uma violação de direitos fundamentais. É imprescindível a criação de Gabinetes Especializados para apoiar, de forma individualizada, as sobreviventes e as suas crianças, abrangendo serviço de atendimento telefónico, bem como acompanhamento individualizado e acolhimento de emergência para situações de risco elevado.

O grupo defende que estes serviços devem ter uma abordagem multidisciplinar, de forma a responderem às diferentes necessidades das sobreviventes, com profissionais detentores/as de formação especializada em Direitos Humanos, Igualdade de Género e Violência contra as mulheres e crianças, em avaliação e gestão de risco, de forma a aumentar a eficácia de acção e evitar o aumento da gravidade da violência e até a morte.

Para o grupo, “é fundamental as/os profissionais estarem atentas/os em relação aos sinais de violência, devendo abordar abertamente a violência sexual, também quando é exercida nas relações de intimidade, sendo essencial que não desvalorizem a situação e que prestem apoio de imediato, dando informação sobre estratégias de segurança e encaminhando para organizações especializadas” (Comunicação realizada na IV Conferência Internacional sobre Sobreviventes de Violação, no dia 21 de Novembro de 2014).

Estes gabinetes devem centrar a sua acção nas necessidades das sobreviventes e articular, de forma eficaz e coerente, com diferentes entidades como os Centros de Saúde e Hospitais, o Instituto de Medicina Legal, as forças policiais, o tribunal. As perícias médico-legais devem ser realizadas com urgência, não devendo depender de apresentação da queixa, dado os diferentes tempos de decisão e necessidades de suporte das sobreviventes de violência.



### **Intervenção política**

Tendo o processo de auto-representação o objectivo de reduzir a distância entre as pessoas que são alvo de um processo de exclusão e os/as responsáveis políticos/as, fortalecendo as suas competências de participação e de exercício activo da sua cidadania, uma outra área-chave de acção do grupo relaciona-se com a sua intervenção política, centrada na defesa de serviços de protecção e suporte às sobreviventes de violência de género.

Uma vez que “a violência de género não tem geografia, a qualidade de resposta de apoio não deve depender da zona de país onde o crime é cometido” (Comunicação, *idem*), devendo ser desenvolvidas medidas públicas de harmonização, em termos de qualidade de intervenção.

Na óptica do grupo, “a sociedade, os serviços e as/os profissionais devem encarar a violência de género, incluindo a violência sexual, com a gravidade que ela, de facto, tem, devendo existir um sistema que proteja de imediato a vítima/sobrevivente e penalize o agressor” (Comunicação, *idem*).

A penalização do agressor implica um sistema penal rápido e eficaz no afastamento imediato e proibição de contactos deste em relação à vítima e às crianças, com penas e medidas de detenção/coacção adequadas ao risco da situação concreta.

A protecção da vítima/sobrevivente exige serviços de apoio adequados às suas necessidades, reconhecendo os seus direitos fundamentais de protecção e segurança. Os serviços de apoio não devem depender da existência de queixa, não colocando a vítima/sobrevivente numa situação de maior fragilidade e risco.

No processo de apoio, é essencial que os serviços e os/as profissionais escutem activamente as mulheres sobreviventes, as suas necessidades individuais de suporte, as suas opiniões e decisões, defendendo os seus direitos e promovendo o seu *empowerment*.

A necessidade da vítima/sobrevivente de se afastar, por motivos de segurança, da sua casa, do seu emprego, da vida que construiu é muito penalizador para a própria. A existência de serviços de acolhimento e de casas de abrigo são essenciais para as situações de alto risco, mas deverão existir outras medidas que permitam as sobreviventes continuarem a sua vida, não perdendo mais direitos do que aqueles que já perderam.

O grupo possui uma posição crítica em relação aos serviços que, em simultâneo, prestam apoio a agressores e a vítimas/sobreviventes. Por um lado, as sobreviventes necessitam de um local seguro e confidencial, não colocando as mesmas em maior risco e, por outro lado, a mediação familiar não se revela adequada a estas situações à luz da Convenção do

Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul, 2011).

### Considerações Finais

A participação no grupo Hipátia fez e faz parte de um longo processo de fortalecimento individual, de auto-determinação e de (re)conquista dos mais básicos direitos humanos por parte das suas participantes, como “viver sem medo”, “vestir o que eu quero”, “ir ao supermercado sozinha”, “poder pintar-me”; “poder ficar mais bonita”, “poder dizer o que penso”, “poder dizer que não” “poder ser mãe e tocar nos meus filhos”, “poder olhar”.

*Autonomia, Libertação, Coragem, Reconstrução, Valorização, Felicidade* são palavras presentes em todas as histórias de vida destas mulheres que saíram<sup>14</sup> de um “verdadeiro inferno”, de um “buraco tão fundo”, de “uma prisão”, “abafadas dentro de um *saco de plástico*” e dão conta do seu processo de *recovery*, de resiliência, tendo (re)conquistado o poder sobre as suas vidas – “agora tenho poderes para tomar conta da minha vida”; “posso decidir por mim própria a minha vida”; “já não tenho ninguém que seja meu dono, posso viver livre” – e (re)construído as suas subjectividades – “tenho capacidade para ser uma nova mulher”; “voltei a encontrar-me”; “voltei a ser eu mesma”;

**“voltei a ser senhora de mim”.**

### Referências bibliográficas

- Bourdieu, P. (1999). *A Dominação Masculina*. Oeiras: Celta.
- Buzawa, E. & Buzawa, C. (1996). *Do Arrest and Restraining Orders Work?*housands Oaks: Sage.
- Coker, A. L., Smith, P. H., Mckeown, R. E. & King, M. J. (2000). Frequency and correlates of intimate partner violence by type: physical, sexual and psychological battering. *American Journal of Public Health*. 90, 553-559.
- Dias, I. (2004). *Violência na Família. Uma abordagem sociológica*. Porto: Afrontamento.
- Dzielska, M. (2009). *Hipátia de Alexandria*. Lisboa: Relógio D’Água Editores.
- Fineman, M. & Mykitiuk, R. (1994). *The Public Nature of Private Violence*. NewYork: Routhedge Press.

<sup>14</sup> A saída da relação de violência não implica necessariamente o seu término. Na grande maioria das situações, o agressor continua a desenvolver estratégias que visam a perpetuação da violência e controlo.

- Gelles, R. J. (1997), Abused Wives: why do they stay? *Journal of Marriage and The Family*. 38 (4), 1, 659-668.
- Johnson, N. (1995). Domestic Violence: an Overview. In Paul Kingston. Bridget Penhale (eds.), *Family Violence and the Caring Professions* (pp. 101-125), Londres. MacMillan Press.
- Meersschaert, G. (2004). *Uma reflexão sobre o contributo da parceria Peritos de Experiência/ Técnicos no processo de empowerment e na construção da resiliência*. Trabalho final de Curso de Pós-graduação. Lisboa:ISCTE.
- Monteiro, F. (2000). *Mulheres Agredidas pelos maridos: de vítimas a sobreviventes*. Lisboa: Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Neves, S. (2008). *Amor, Poder, Violências na Intimidade: Os caminhos entrecruzados do pessoal e do político*. Coimbra: Quarteto.
- Perkins, D. (1995). Speaking truth to power: Empowerment ideology as social intervention and policy. *American Journal of Community Psychology*, 23 (5), 765-794.
- Rappaport, J. (1984). Studies in empowerment: Introduction to the issue. *Prevention in Human Services*. 3, 1-7.
- Shorter, E. (1977). *Naissance de la Famille Moderne*. Paris: Éditions du Seuil.
- Vicente, A. (2002). *Os poderes das mulheres, os poderes dos homens*. Lisboa: Gótica

### **Documentos de trabalho consultados**

- Acordo de Colaboração, 2009.
- Folheto do grupo, 2009
- Manifesto*, 2013
- Comunicação de apresentação do Grupo, 2009
- Comunicação “Ter voz”, apresentada na IV Conferência Internacional sobre Sobreviventes de Violação, no dia 21 de Novembro de 2014.